

sários à eficaz Administração da Instituição Policial;
CONSIDERANDO: a recomendação da Auditoria Geral do Estado, no sentido de que seja designado Fiscal para os contratos vigentes com vistas a acompanhar a execução dos mesmos.

CONSIDERANDO: a PORTARIA Nº182/2020-DC/PCPA, do dia 28 de Outubro de 2020, publicada no DOE Nº34.394 dia 04 de novembro de 2020.

RESOLVE:

I – DESIGNAR o servidor RUBENVAL CORRÊA PARAENSE, Diretor de Divisão, matrícula nº5462657/2, para acompanhar o recebimento do material como FISCAL a execução do Contrato nº 101/2021 – PC/PA, firmado com a Empresa MARIA CONSUELO SOARES DA MATA, CNPJ nº. 28.697.784/0001-78, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO.

II – ATRIBUIR ao fiscal do Contrato as seguintes atividades:

a) acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

b) registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto;

c) determinar a reparação, correção ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

d) rejeitar, no todo ou em parte, fornecimento executado em desacordo com o contrato;

e) exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

f) exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

g) atestar e encaminhar as faturas/notas fiscais, devidamente atestadas para a Diretoria de Administração;

h) comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

III – DETERMINAR a Diretoria de Administração que adote as devidas providências ao fiel cumprimento do presente Ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

ANA MICHELLE GONÇALVES SOARES ZAGALO

Chefe de Gabinete da Polícia Civil

Belém-PA, quinta-feira, 23 de setembro de 2021.

PORTARIA Nº166/2021-DGPC/DIVERSOS

A Chefe de Gabinete da Polícia Civil ANA MICHELLE GONÇALVES SOARES ZAGALO, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO: os termos da Lei Complementar nº 022/94 de 15/03/1994, alterada pela Lei nº 055/2006, que confere ao Delegado Geral, atribuições para dirigir a Polícia Civil e praticar os demais atos necessários à eficaz Administração da Instituição Policial;

CONSIDERANDO: a recomendação da Auditoria Geral do Estado, no sentido de que seja designado Fiscal para os contratos vigentes com vistas a acompanhar a execução dos mesmos.

CONSIDERANDO: a PORTARIA Nº182/2020-DC/PCPA, do dia 28 de Outubro de 2020, publicada no DOE Nº34.394 dia 04 de novembro de 2020.

RESOLVE:

I – REVOGAR os termos da PORTARIA Nº086/2021 – DGPC/DIVERSOS, de 08/06/2021, que designou o servidor AURÉLIO WALCYR RODRIGUES, Delegado de Polícia Civil, matrícula nº2005280/2, para acompanhar como SUBSTITUTO a execução do Contrato nº 021/2029-PC/PA, firmado com a Empresa MEDEIROS F5 HOLDING INVESTIMENTOS LTDA, CNPJ Nº33.962.455/0001-47.

II – DESIGNAR nos termos da Lei nº 8666/93 o servidor ADALBERTO PEREIRA CARDOSO, Delegado de Polícia Civil, matrícula nº5232295/1, para acompanhar como SUBSTITUTO a execução do Contrato nº 021/2029-PC/PA, firmado com a Empresa MEDEIROS F5 HOLDING INVESTIMENTOS LTDA, CNPJ Nº33.962.455/0001-47, cujo objeto é Locação de imóvel na av. Sen. Lemos, 1055, para abrigar a seccional urbana da Sacramenta, desde o início até o término da vigência contratual.

III – ATRIBUIR ao fiscal do Contrato as seguintes atividades:

a) acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

b) registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto;

c) determinar a reparação, correção ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

d) rejeitar, no todo ou em parte, fornecimento executado em desacordo com o contrato;

e) exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

f) exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

g) atestar e encaminhar as faturas/notas fiscais, devidamente atestadas para a Diretoria de Administração;

h) comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

IV – DETERMINAR a Diretoria de Administração que adote as devidas providências ao fiel cumprimento do presente Ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

ANA MICHELLE GONÇALVES SOARES ZAGALO

Chefe de Gabinete da Polícia Civil

Protocolo: 709977

CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato: 106/2021-PC/PA. Modalidade: Inexigibilidade de Licitação nº 058/2021. Partes: POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ. CNPJ nº 00.368.105/0001-06. NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA. CNPJ nº 07.797.967./0001-95. Objeto: Contratação de serviço de cotação eletrônica de preços. Data da Assinatura: 27/09/2021. Vigência: 27/09/2021 à 27/09/2022. Orçamento: Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte de Recurso Origem do Recurso. 40101.06. 122.1297.8338.339040.0101. Estadual. Proc. nº 2021/658112. Contratado: NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA. Endereço: Rua Dr. Brasílio Vicente de Castro nº 111, 10º andar, Campo Comprido, Curitiba/PA, (41) 3778-1830. Ordenadora: ANA MICHELLE GONÇALVES SOARES ZAGALO. Chefe de Gabinete do Delegado Geral da Polícia Civil.

Protocolo: 709948

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 058/2021 – PC/PA PARTES: O ESTADO DO PARÁ, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio da POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.368.105/0001-06, e a empresa NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.797.967/0001-95.

DO OBJETO: Contratação de Serviço de Cotação Eletrônica de Preços - Banco de Preços, conforme especificações constantes no termo de referência e a proposta da contratada, os quais são partes integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: A presente contratação fundamenta-se no art. 25, I da Lei nº 8.666/93, considerando a inviabilidade de competição.

VALOR ESTIMADO: R\$ 19.750,00 (dezenove mil, setecentos e cinquenta reais).

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Unidade Orçamentária: 40101 – Polícia Civil do Estado do Pará;

Programa: 1297 – Manutenção da Gestão;

Atividade: 8338 – Operacionalização das Ações Administrativas;

Programa de Trabalho: 06.122.1297.8338 – Operacionalização das Ações Administrativas;

Natureza da Despesa: 339040 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação;

Fonte de Recursos: 0101 – Recursos Ordinários.

ORDENADOR RESPONSÁVEL: Ana Michelle Gonçalves Soares Zagalo, Delegada de Polícia Civil.

FORO: Belém – Estado do Pará.

DATA: 27/ 09/2021.

Ana Michelle Gonçalves Soares Zagalo

Delegada de Polícia Civil.

Protocolo: 709967

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 058/2021 – PC/PA

A Exma. Sra. Ana Michelle Gonçalves Soares Zagalo, Delegada de Polícia Civil, resolve ratificar o Termo de Inexigibilidade de Licitação nº 058/2021 – PC/PA, para contratação de Serviço de Cotação Eletrônica de Preços - Banco de Preços.

Valor: R\$ 19.750,00 (dezenove mil, setecentos e cinquenta reais).

Belém – PA, 27/09/2021.

Ana Michelle Gonçalves Soares Zagalo

Delegada de Polícia Civil.

Protocolo: 709970

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO Nº. 2021/925221

PREGÃO Nº. 022/2021

A Delegada ANA MICHELLE GONÇALVES SOARES ZAGALO, de acordo com os Poderes Delegados pelo Delegado Geral da Polícia Civil, Del. WALTER RESENDE DE ALMEIDA, na PORTARIA Nº. 182/2020- DG/PC-PA, de 28 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial do Estado do Pará, nº. 34.394, de 04 de novembro de 2020, considerando o resultado das propostas financeiras do pregão nº. 022/2021, cujo objeto é Aquisição de Fichas de Prontuários Civil, para atender a Diretoria de Identificação da Polícia Civil do Pará e tudo mais que consta do referido processo, resolve HOMOLOGAR o certame, nos termos e para os fins e efeitos do art. 9º, inciso V, do Decreto Estadual nº. 534, de 04 de fevereiro de 2020, à empresa abaixo especificada:

ODIMILSON ALVES PEREIRA - Piauí Embalagens E Serviços - EPP

CNPJ: 03.930.566/0001-00

End.: Rua Barroso, nº. 908, Bairro Sul Centro, CEP. 64.001-130, Cidade